

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.345.402 - RS (2018/0205975-0)

AGRAVANTE : UNIÃO
AGRAVADO : LUIZ ALBERTO RAMOS PEREIRA
ADVOGADO : LISIANE SOUZA DA SILVA FERRÃO - RS081419

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto por UNIÃO contra a decisão que inadmitiu o recurso especial fundado no art. 105, III, *a*, da Constituição Federal.

Na origem, Luiz Alberto Ramos Pereira ajuizou ação de cobrança com valor da causa atribuído em R\$ 76.619,28 (setenta e seis mil, seiscentos e dezenove reais e vinte e oito centavos), em novembro de 2016, buscando provimento jurisdicional condenatório da Ré a desaverbar 12 meses de licença-prêmio convertidos em dobro em sua ficha funcional e ao pagamento de indenização referente a citados períodos, calculada com base na última remuneração percebida na ativa, acrescida de juros e correção monetária.

Após sentença que julgou improcedentes os pedidos iniciais, foi interposta apelação, a qual foi parcialmente provida pelo TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 4ª REGIÃO, ficando consignado que se o legislador autorizou a conversão em pecúnia da licença não gozada pelo servidor que vem a falecer, quando ainda em atividade, por idêntica razão, deve-se poder pagá-la ao servidor vivo, quando ele já estiver aposentado, sem mais possibilidade de gozá-la ou computar esse tempo em dobro.

O referido acórdão foi assim ementado, *in verbis*:

ADMINISTRATIVO. INDENIZAÇÃO. PRESCRIÇÃO. LICENÇAS-PRÊMIO NÃO FRUÍDAS. DIREITO ADQUIRIDO.

1. Nos termos do disposto no artigo 1º do Decreto nº 20.910/1932, tendo sido concedida a aposentadoria do autor em 20/07/2014 e ajuizada a presente ação em 10/11/2016, não há que se falar em ocorrência da prescrição.

2. As licenças-prêmio não fruídas constituem-se direito adquirido, sendo dever da Administração proporcionar sua indenização.

3. Se o legislador autorizou a conversão em pecúnia da licença não gozada pelo servidor que vem a falecer, quando ainda em atividade, por idêntica razão, deve-se poder pagá-la ao servidor vivo, quando ele já estiver aposentado, sem mais possibilidade de gozá-la ou computar esse tempo em dobro.

Os embargos de declaração interpostos foram improvidos.

Contra a decisão cuja ementa se encontra acima transcrita, UNIÃO interpôs recurso especial, apontando violação do art. 1022 do CPC,

pois defende a existência de omissões no acórdão.

No mérito, alega contrariedade ao art. 1º do Decreto nº 20.910/32; arts. 345, II, 487, II, do CPC; art. 87 da Lei 8.112/90, art. 7.º da Lei nº 9.527/97 e art. 6º, § 1º, do Decreto n.º 4.657/42, porquanto sustenta a prescrição do direito da autora, bem como a impossibilidade da desaverbação do licença-prêmio.

Apresentadas contrarrazões pela manutenção do acórdão recorrido.

Após *decisum* que inadmitiu o recurso especial, com base nos Enunciados nº 7 e 83 da Súmula do STJ, foi interposto o presente agravo, tendo o recorrente apresentado argumentos visando rebater os fundamentos da decisão agravada.

Parecer do MPF pelo provimento do recurso.

É o relatório. Decido.

Inicialmente é necessário consignar que o presente recurso atrai a incidência do Enunciado Administrativo nº 3/STJ: "aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC".

Considerando que o agravante, além de atender aos demais pressupostos de admissibilidade deste agravo, logrou impugnar a fundamentação da decisão agravada, passo ao exame do recurso especial interposto.

Assiste razão ao recorrente, no que toca à alegada violação ao art. 1.022, II, do CPC/15.

De fato, o recorrente apresentou questão jurídica relevante, qual seja, que a Corte *a quo* não teria se manifestado expressa e fundamentadamente a respeito da tese da Recorrente de que, na hipótese concreta, o Recorrido não teria sequer direito à conversão pleiteada, uma vez que teria havido a contagem em dobro dos quatro períodos de licenças-prêmio adquiridos para a concessão do abono permanência com efeitos retroativos a fevereiro de 2007 até sua aposentadoria, em julho de 2014.

Apesar de provocado, por meio de embargos de declaração, o

Tribunal *a quo* não apreciou a questão.

Nesse contexto, diante da referida omissão, apresenta-se violado o art. 1.022, II, do CPC/15, o que impõe a anulação do acórdão que julgou os embargos declaratórios, com devolução do feito ao órgão prolator da decisão para a realização de nova análise dos embargos.

Com o mesmo diapasão, destaco os seguintes precedentes, *in verbis*:

AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. OMISSÃO QUANTO À QUESTÃO FUNDAMENTAL PARA ANÁLISE DA DEMANDA. RECURSO ESPECIAL DO MPF PROVIDO PARA ANULAR O ACÓRDÃO PROFERIDO EM SEDE DE EMBARGOS DE DECLARAÇÃO E DETERMINAR O RETORNO DOS AUTOS AO TRIBUNAL DE ORIGEM A FIM DE QUE SUPRA A OMISSÃO APONTADA, PREJUDICADA A ANÁLISE DAS DEMAIS QUESTÕES. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO.

1. Da análise dos autos, verifica-se de que as alegações apresentadas pelo Ministério Público Federal, em sede de Embargos Declaratórios, especialmente quanto a importância ambiental da área, que abriga espécime raro e as falhas apontada no Estudo de Impacto Ambiental, não foram realmente analisados pela Corte local.

2. Com a oposição dos Embargos de Declaração, foi expressamente solicitada a manifestação do colegiado acerca de tais questões, de forma que lhe cabia analisar o ponto omissivo/contraditório e sanar a irregularidade apontada. Não tendo o Tribunal sequer feito referência a isso, de fato, houve violação do art. 535, II do CPC, o que importa a reforma da decisão.

3. Agravo Regimental da UNIÃO desprovido. (AgRg no REsp n. 1.221.403/RS, Rel. Min. NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, Dje de 23/8/2016).

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. RECEBIMENTO COMO AGRAVO REGIMENTAL. FUNGIBILIDADE E ECONOMIA PROCESSUAL. ART. 535 DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. VIOLAÇÃO. OMISSÃO EXISTENTE. SOLUÇÃO DA CONTROVÉRSIA. QUESTÃO RELEVANTE. RETORNO DOS AUTOS À ORIGEM.

1. Os princípios da fungibilidade recursal e da economia processual autorizam o recebimento de embargos de declaração como agravo regimental.

2. Caracteriza-se ofensa ao art. 535 do CPC quando a Corte de origem deixa de se pronunciar a respeito de questões essenciais ao julgamento da lide, as quais poderiam, em tese, levar a resultado diverso.

3. Agravo regimental não provido. (EDcl no AgRg no REsp n. 1.561.073/AL, Rel. Min. RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, Dje de 18/4/2016).

Ante o exposto, com fundamento no art. 253, parágrafo único, II, c, do RISTJ, conheço do agravo para dar provimento ao recurso especial para anular o acórdão que julgou os embargos de declaração e determinar o retorno

Superior Tribunal de Justiça

dos autos ao Tribunal *a quo* para que se manifeste especificamente sobre as questões articuladas nos declaratórios.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 21 de março de 2020.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Relator